



## COMITÊ INTERFEDERATIVO

## ATA DA 68ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ INTERFEDERATIVO

Em onze de maio de dois mil e vinte e três, às dez horas e vinte e quatro minutos, por meio de vídeo conferência pela plataforma Microsoft Teams, com transmissão pela plataforma do YouTube através do link: e presencialmente na cidade de Belo Horizonte/MG, teve início a 68ª Reunião Ordinária do Comitê Interfederativo – CIF, constituído no âmbito do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC) e do Termo de Ajustamento de Conduta Governança (TAC-Gov), ambos Acordos referentes ao Desastre da Samarco em Mariana/MG.

<b>Item 1 - PAUTAS DA PRESIDÊNCIA - ABERTURA DA REUNIÃO ORDINÁRIA</b>	
<b>1.1 Apresentação dos presentes, verificação do quórum e e votação da minuta de ata da 67ª Reunião Ordinária do CIF</b>	
<b>Discussão</b>	A reunião teve início com apresentação dos membros do Comitê Interfederativo, Câmaras Técnicas, Fundação Renova e convidados da reunião. Moara Giasson informou sobre solicitações de inclusão extrapautas. Algumas falas das pessoas atingidas presentes foram adiantadas para o período da manhã.
<b>Aprovação da ata da 67ª Reunião Ordinária</b>	Aprovada.

<b>FALA DOS ATINGIDOS</b>	
<b>Discussão</b>	<p>Liberina Gomes questionou sobre tomada de ação para indenização justa dos pescadores, considerando a localização de pesca e não de morada. Relatou sobre manifestações feitas em frente à Vale e Fundação Renova e acordos feitos com sindicato para pagamento dos pescadores. Afirmou ainda que os recursos indenizatórios estariam sendo destinados para governos dos estados no lugar das pessoas atingidas de direito.</p> <p>O Presidente do CIF, Rodrigo Agostinho, informou sobre criação do Eixo Prioritário 14 no âmbito judicial para perícia judicial e tratativas a respeito de novas inclusões de áreas e grupos a serem indenizados.</p> <p>Joeci Lopes reforçou a importância de reconhecer as comissões de atingidos que já estavam em funcionamento na data de assinatura do TAC-GOV, assim como assegurar a devida implementação do acordo. Ressaltou a importância do custeio para participação das pessoas atingidas pelo TAC-GOV.</p> <p>Rodrigo Agostinho, Moara Giasson e Jadilson Gomes informaram sobre reunião prévia dos membros do CIF para discussão sobre o custeio das pessoas atingidas e informaram sobre início de processo de transição diante da assinatura do Gerenciador Atingidos, previsão do TAC-GOV que até o momento não havia sido implementada. Com a assinatura do contrato, seria implementado desenho de representação dos atingidos, com fortalecimento das Comissões Locais, conforme previsão do TAC-GOV.</p> <p>Carlos Alberto relatou sobre seu negócio localizado entre Nova Viçosa/BA e Mucuri/BA, cidades localizadas próximo ao norte do Espírito Santo, cujo turismo e comércio foram profundamente afetados com o desastre.</p> <p>Luiz Carlos Peixoto apresentou cópias físicas de material e documentação relativa a presença de rejeito no sul da Bahia, incluindo multa à Samarco Mineração sobre Parque Nacional, localizado no sul do estado. Reforçou a importância de deliberação do CIF sobre a questão, pois era de conhecimento de todos que o pescado da região estava impróprio para consumo.</p> <p>Gabriela Queiroz informou que os documentos foram disponibilizados em GT fechado e houve resistência para compartilhamento; reforçou que os pescadores do sul da Bahia estavam presentes para lutar por seus direitos</p>
<b>Deliberação nº 658</b>	Aprovada.

<b>EXTRAPAUTA – SECRETARIA EXECUTIVA DO CIF NO ESPÍRITO SANTO (SECEX/ES)</b>	
<b>Informação sobre status dos trabalhos da Consultoria Moore no território capixaba.</b>	
<b>Discussão</b>	<p>Margareth Saraiva informou sobre reunião com a Secretaria Municipal de Turismo de Linhares que gerou alguns encaminhamentos: o governo estadual do Espírito Santo faria análise de toda a documentação da Consultoria Moore apresentada pela Fundação Renova, a Prefeitura promoveria escuta com os núcleos de turismo formados pela Consultoria no território, e os órgãos discutiriam sobre o PID; O PID possui fio condutor para a atividade do turismo e resgata boas práticas e vivências dos territórios, trazendo a participação dos atingidos em busca de ações de desenvolvimento sustentável. Foram realizadas oficinas locais para construção da estratégia e a expectativa com a criação do Eixo Prioritário 8.2 era dar celeridade ao processo, garantindo trabalho operado na área do turismo a partir das demandas locais.</p> <p>A Fundação Renova apresentou propostas satisfatórias em parceria com a empresa Kairós, e outras propostas de bons trabalhos, porém que perdiam a sinergia de integração com outros programas do TTAC e com políticas públicas. Foram feitas reuniões de alinhamento envolvendo poder público, Fundação Renova e CT-ECLET e, a partir da análise das documentações apresentadas pela Fundação, foram levantadas 20 questões: 3 consideradas atendidas, 7 consideradas parcialmente atendidas e 10 consideradas não atendidas. Após análise dos documentos da Consultoria Moore, considerando a concepção do turismo no PID-Foz, exclusão de algumas comunidades – inclusive indígenas – na construção dos núcleos de turismo e após escuta destes, a SECEX/ES recomendou ao CIF a paralisação dos trabalhos da Consultoria Moore para adequação no escopo de trabalho, apresentação de plano/estratégia de trabalho e inclusão de comunidades no âmbito do PID-Foz. Após manifestação da Fundação Renova, Anna Tristão e Jadilson Gomes reforçaram a manutenção do texto da minuta de deliberação.</p>
<b>Manifestação</b>	<p>Felipe Moura fez breve explicação sobre PID-Foz e as propostas de atuação, e informou que o documento da Kairós apresentava visão estratégica integrada para o território, abordando a coordenação de ações da Fundação Renova e do poder público. Já o documento subsequente buscaria plano de ação integrado, como um desdobramento e continuidade do anterior; informou que o PG13 era centro articulador das ações, e a Consultoria Moore era uma das contratadas que realizava uma das entregas relacionadas ao Plano de Desenvolvimento. Informou que, a partir da judicialização da questão, a Fundação Renova se torna dependente de tomada de decisão judicial para avançar. Já o que não estaria judicializado, sendo escopo de atuação da Fundação Renova, poderia ser tratado em seminário de</p>

	alinhamento técnico para garantir aprimoramento do entendimento e possíveis avanços. Maria Cristina informou que o trabalho da Consultoria já estava paralisado desde o recebimento da Nota Técnica.
<b>Deliberação nº 675</b>	Aprovada

<b>Item 2 – CÂMARA TÉCNICA DE SEGURANÇA HÍDRICA E QUALIDADE DE ÁGUA (CT-SHQA)</b>	
<b>2.1 Nota Técnica nº100 do GTA-PMQQS: Reestruturação do PMQQVAI</b>	
<b>Discussão</b>	Maurrem Vieira fez breve apresentação do objetivo do PMQQVAI, previsto na Cláusula 178 do TTAC, voltado para monitoramento das intervenções realizadas pela Fundação Renova na calha do rio Doce. Em 2019, o programa foi suspenso pela Deliberação CIF nº 275, diante de necessidade de revisão e readequação de objeto. O GTA fez análise de proposta apresentada pela Fundação Renova e manifestou concordância, ressaltando que a utilização dos pontos de monitoramento do PMQQS deve ocorrer de maneira complementar; em pontos de intervenção nos quais não haja coleta do PMQQS, deverá ser realizado monitoramento específico. Luis Gabriel Mendoza reforçou a importância da entrega dos dados ao CIF. Moara Giasson informou que a CT-SHQA se manteria como instância guarda-chuva de acompanhamento dos processos.
<b>Manifestação</b>	Manifestada concordância por parte da Fundação Renova
<b>Deliberação nº 676</b>	Aprovada sem objeções.

<b>Item 2 – CÂMARA TÉCNICA DE SEGURANÇA HÍDRICA E QUALIDADE DE ÁGUA (CT-SHQA)</b>	
<b>2.2 Análise de pleito dos municípios de Aimorés /MG, Bugre/MG, Baixo Guandú/ES, Raul Soares/MG, Resplendor/MG e Timóteo/MG.</b>	
<b>Discussão</b>	Foi apresentado texto da minuta de deliberação por Sílvia Gonçalves, contendo a análise dos pleitos municipais, sendo recomendado por parte da CT-SHQA: Aprovar o novo pleito apresentado pelo município de Aimorés/MG para “Obras para implantação do sistema de esgotamento sanitário do município de Aimorés/MG”, no valor de R\$ 9.026.685,45 (nove milhões, vinte e seis mil, seiscentos e oitenta e cinco reais e quarenta e cinco centavos). Aprovar o novo pleito apresentado pelo município de Bugre/MG para “Obras de implantação de Galpão para o armazenamento de materiais recicláveis de Bugre/MG”, no valor de R\$ 114.678,31 (cento e quatorze mil, seiscentos e setenta e oito reais e trinta e um centavos) Aprovar o novo pleito apresentado pelo município de Baixo Guandú/ES para “Obras para implantação do sistema de esgotamento sanitário do município de Baixo Guandú/ES”, no valor de R\$ 15.387.075,98 (quinze milhões, trezentos e oitenta e sete mil, setenta e cinco reais e noventa e oito centavos). Aprovar o novo pleito apresentado pelo município de Raul Soares/ MG para “Elaboração do Plano de Recuperação de Área Degradada – PRAD do aterro controlado de Raul Soares/MG”, no valor de R\$ 102.200,00 (cento e dois mil e duzentos reais) Aprovar o novo pleito apresentado pelo município de Resplendor/ MG para “i) “Obras para implantação do sistema de esgotamento sanitário do município de Resplendor/MG”, no valor de R\$ 11.030.719,88 (onze milhões, trinta mil, setecentos e dezenove reais e oitenta e oito centavos) e ii) “Aquisição de terrenos para implantação do sistema de esgotamento sanitário no município de Resplendor/MG” no valor de R\$ 380.000,00 (trezentos e oitenta mil reais). Aprovar o novo pleito apresentado pelo município de Timóteo/MG para “Contratação de prestação de serviços para revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico de Timóteo/MG”, no valor de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais) e “i) Aquisição de terreno para ampliação da Usina de Triagem de materiais recicláveis, no valor de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais); ii) Elaboração de projeto de reforma e ampliação da Usina de triagem de materiais recicláveis, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) e iii) Obras de reforma e ampliação da Usina de Triagem de materiais recicláveis, no valor de R\$ 2.600.000,00 (dois milhões e seiscentos mil reais).
<b>Manifestação</b>	Manifestação de concordância por parte da Fundação Renova
<b>Deliberação nº 677</b>	Aprovada sem objeções

<b>FALA DOS ATINGIDOS</b>	
<b>Discussão</b>	Cássio Tadeu relatou dificuldades dos pescadores em garantir peixes adequados para comércio, deslocando-se para distâncias cada vez maiores, incorrendo em maiores gastos e menos retorno financeiro. Jerônimo Silva relatou sobre perdas excessivas de pescados na Bahia. Antônio Jorge, Presidente da Colônia de Pescadores em Nova Viçosa/BA informou sobre estudo realizado no mar de abrolhos que apontou contaminação nos corais. Relatou sobre toneladas de peixes enterrados, pois estavam impróprios para consumo, e clamou por sensibilização do CIF para que reconhecesse o estado da Bahia como atingido. Valeriana Gomes afirmou que o Auxílio Financeiro Emergencial estava sendo cortado deliberadamente pela Fundação Renova, além de atingidos prejudicados no sistema NOVEL. Relatou preocupação com situações de adocimento, enchentes, perdas de irrigação e modos de vida dos ilheiros. Ainda, solicitou reuniões de escuta em território para participação das pessoas atingidas no processo de repactuação. Enéas Ferreira manifestou repúdio ao processo de repactuação, que se dava excluindo a participação dos atingidos da Bahia e deixando milhares de trabalhadores desassistidos. Ainda, criticou inércia do Ministério Público e Fundação Renova. Reforçou importância do reconhecimento da Bahia como estado atingido. Nerival de Jesus pediu que os presentes agissem para acabar com o sofrimento das famílias de pescadores de Abrolhos. Neilane Silva pediu mais celeridade em respostas para resolução dos problemas dos trabalhadores da pesca na região do sul da Bahia. Eliane Gregório reforçou a importância da participação das pessoas atingidas em todas as reuniões, inclusive no processo de repactuação. Fez elogio ao trabalho de Jadilson Gomes como representante dos atingidos no CIF e fez leitura de nota de repúdio em relação à falta de custeio dos atingidos, diante de inércia do Ministério Público e Fundação Renova. Solicitou reunião técnica envolvendo Ministério Público, Fundo Brasil de Direitos Humanos, FLACSO e atingidos para diálogo sobre Custeio Atingidos. Luciara Ferreira, vereadora de Conceição da Barra/BA, afirmou que os atingidos iriam continuar lutando para serem ouvidos e garantir seu reconhecimento no CIF. Lanla Maria registrou tristeza em relação à demora ou falta de devolutiva do CIF aos documentos entregues por pessoas atingidas, manifestou preocupação em relação à ausência de custeio para atingidos e reforçou a importância da participação dos territórios no processo de repactuação. Reginaldo Nascimento informou sobre estudo realizado pela Fundação Espírito Santense que comprovou contaminação na Bahia e que passou por tentativa de deslegitimação junto à FESTA pela Fundação Renova. Agradeceu ao ICMBio que garantiu que Abrolhos voltasse a ser objeto da pesquisa. Jenuário Oliveira convidou a mesa para conhecer a realidade vivida pelos pescadores da Bahia, que não conseguiam mais pagar as contas de casa. Joaquim Teixeira relatou descaso e abandono com o processo Pescador de Fato, e informou que não conseguiam mais contato pelo 0800 da Fundação Renova.

	<p>Vanessa Galdereto reforçou que a função do CIF deveria ser fiscalizar e orientar as ações da Fundação Renova, que seguia em inércia. Afirmou ser de enorme importância que o Governo Federal tomasse ciência da atual situação dos pescadores, que estavam sendo revitimizados pela negativa de tempo de pesca para registro por instâncias superiores.</p> <p>Josival da Costa relatou casos de peixes e outros animais da cadeia morrendo de câncer, o que causava esvaziamento do mercado de peixe e a necessidade de subempregos dos trabalhadores para sobreviver. Reforçou a importância de deliberação por parte do CIF para andamento do processo judicial.</p> <p>Felisberto Dias relatou que, enquanto ilheiro, não recebeu assistência por parte da Renova nos últimos anos, incluindo falta de pagamento do lucro cessante.</p> <p>João Anastácio relatou equívocos na emissão de seus documentos, o que implicou em impossibilidade de recebimento adequado do lucro cessante. Encaminhou os documentos para análise por parte da SECEX/CIF e Fundação Renova.</p> <p>Augusto José relatou casos de adoecimento na população, alteração de cor da água e dos corais, receio no consumo do pescado e impacto negativo no turismo da região de Caravelas/BA.</p> <p>Lídia Santana relatou que os pescadores presentes passaram 15h na estrada para reivindicarem o reconhecimento da Bahia, e reforçou a existência de laudos comprobatórios da contaminação na região. Reafirmou a situação de vulnerabilidade da atividade econômica e turística na região, afetando o sustento de várias famílias.</p> <p>Antônio Jorge retomou a fala para afirmar que a Fundação Renova atuava como escudo das mineradoras, em estado de inércia no atendimento aos atingidos. Ainda, afirmou que o ofício tradicional de pesca estava se perdendo desde o desastre.</p> <p>Igor de Souza relatou impacto histórico e geracional do desastre na atividade pesqueira da região, culminando em adoecimento mental de pessoas idosas.</p> <p>Thiago Lopes registrou que seria necessária deliberação do CIF para reconhecimento de novas áreas, como ocorreu no caso de Coronel Fabriciano, com a indicação dos programas que abarcaria o município. Foi registrado no chat da reunião o número de protocolo do Eixo 14.</p> <p>Maria da Glória Araújo reforçou a importância de deliberação de reconhecimento de novas áreas, e frisou que a Deliberação CIF nº 58 não estava sendo cumprida adequadamente, pois a população dos municípios reconhecidos ainda estava à deriva. Por fim, reforçou a importância da participação e escuta das pessoas atingidas.</p> <p>Abília Matheus relatou que comunidades quilombolas estariam sido esquecidas e ignoradas pela Renova no processo de reparação, e questionou como o CIF agiria diante da situação.</p> <p>Meiri Purí afirmou a importância do reconhecimento do povo Purí pelo CIF, uma vez que o documento de constituição da Fundação Renova versava sobre o reconhecimento dos povos indígenas e tradicionais afetados, assim como estudos sobre impactos nos modos de vida para assistência a esses povos, assegurando a reprodução dos processos socioculturais dessas comunidades.</p>
--	--

<b>Item 3 – CÂMARA TÉCNICA DE SAÚDE (CT-SAÚDE)</b>	
<b>3.1 Apresentação dos boletins do PMQACH</b>	
<b>Discussão</b>	<p>Alice Matos fez apresentação dos boletins do plano de monitoramento da qualidade da água para consumo humano, disponíveis no site do monitoramento do desastre. A elaboração do boletim seguia 3 classificações dos pontos de monitoramento: pontos de tratamento que captam água no rio Doce, pontos que têm tratamento e não captam água no rio Doce e pontos sem tratamento de água, evidenciando resultados diferentes. Há pontos com índices insatisfatórios mesmo com tratamento de água. Em boletins de ETAS de água tratada que não captam no rio Doce também são averiguados pontos com índices insatisfatórios, com presença de coliformes, cor, odor, ferro e <i>escherichia coli</i>. Luiz Fernando Prado, coordenador da CT-Saúde, informou que, a partir dos resultados, a Câmara Técnica frequentemente aciona os atores responsáveis pelas intervenções necessárias. Joeci Lopes relatou sobre programa de proteção social operante em Ipatinga, e afirmou ser necessário o monitoramento e implementação deste programa em outros territórios.</p>

<b>Item 3 – CÂMARA TÉCNICA DE SAÚDE (CT-SAÚDE)</b>	
<b>3.4 Plano de Ação de Saúde de Ipatinga/MG</b>	
<b>Discussão</b>	<p>Magid Mendes iniciou apresentação de do Plano de Ação em Saúde do município de Ipatinga/MG, afirmando que a população habitante era de 240 mil pessoas e população ampliada de pouco mais de 850 mil habitantes, pois o município era referência de outros 13 municípios como microrregião e de 34 municípios como macrorregião, sobretudo em saúde, devido à presença de extenso parque tecnológico de hospital de tecnologia ampliada e alta complexidade. Há aproximadamente 1000 metros do rio Doce está a região mais habitada do município de Ipatinga. A primeira parte do plano faz análise situacional do município com índices epidemiológicos por ocasião do desastre e rede de atenção do município. Já a segunda parte aborda a elaboração de ações. O plano foi apresentado à comissão de atingidos e ao Conselho Municipal de Saúde e avaliou temas como: auxílio imediato aos casos clínicos agudos; avaliação da piora da qualidade de vida da população por privação do campo de lazer; averiguação da insegurança alimentar; Política de Saúde Mental do município e avaliações epidemiológicas permanentes com relação à alteração no ecossistema. O plano foi redigido nos seguintes eixos temáticos de atuação: capacitação de profissionais de saúde, acompanhamento do perfil epidemiológico municipal, ampliação de equipamentos, ações em saúde mental, centro de vigilância em saúde e reabilitação, assistência farmacêutica e vigilância ambiental e detalhou brevemente as diretrizes de cada eixo.</p>
<b>Manifestação</b>	Manifestação conjunta da Fundação Renova em ponto de pauta posterior
<b>Deliberação nº 679</b>	Aprovada

<b>Item 3 – CÂMARA TÉCNICA DE SAÚDE (CT-SAÚDE)</b>	
<b>3.3 Plano de Ação de Saúde de Ipaba/MG</b>	
<b>Discussão</b>	<p>Representantes da Secretaria de Saúde do município de Ipatinga fizeram apresentação da situação socioeconômica do município, breve explicação da estrutura de saúde pública disponível e panorama geral das comunidades atingidas. Informaram que visitas aos territórios demonstraram queixas da população envolvendo alopecia, problemas gastrointestinais e dermatites, aumento de insetos, roedores e de casos de leishmaniose tegumentar, além de impactos psicossociais. Foram propostas ações divididas nos seguintes eixos: vigilância epidemiológica, atenção especializada, saúde mental, saúde do trabalhador e vigilância ambiental e sistema de informação. Luiz Fernando Prado informou que os planos de ação em saúde dos municípios seguiram os fluxos e estruturas determinadas, foram feitas adequações solicitadas e a Câmara Técnica considerava os documentos aptos a aprovação, apesar de manifestação da Fundação Renova de repetição de argumentos já superados, como nexos de causalidade, que divergiam do entendimento da Câmara Técnica, de risco adicional à saúde como motivador de tomada de ação.</p>

<b>Manifestação</b>	Manifestação conjunta da Fundação Renova em ponto de pauta posterior
<b>Deliberação nº 678</b>	Aprovada

<b>Item 3 – CÂMARA TÉCNICA DE SAÚDE (CT-SAÚDE)</b>	
<b>3.2 Aplicação das multas por descumprimento da Notificações nº1/2023, 3/2023 e 4/2023 pela Fundação Renova</b>	
<b>Discussão</b>	Luiz Fernando Prado informou sobre deliberações de notificação à Fundação Renova para sanar descumprimento da execução das deliberações de aprovação dos Planos de Ação em Saúde dos municípios de Aimorés/MG, Raul Soares/MG e Linhares/MG. Diante das notificações, a Fundação Renova emitiu manifestação de repetição de argumentos já apresentados anteriormente e não houve qualquer evidência de resolução dos descumprimentos, portanto, a CT-Saúde recomendou ao CIF aplicação de multa pelo descumprimento das deliberações CIF 620, 645 e 646. O coordenador frisou que o presente fluxo estava sendo ineficiente, por gerar muito retrabalho e desgaste e reiterou pedido de reunião com IAJ para compreender como construir fluxo mais eficiente para implementação dos PAS, diante da postura de recorrentes negativas da Fundação Renova.
<b>Manifestação</b>	Manifestação conjunta da Fundação Renova em ponto de pauta posterior
<b>Deliberação nº 680</b>	Aprovada

<b>Item 3 – CÂMARA TÉCNICA DE SAÚDE (CT-SAÚDE)</b>	
<b>3.5 Descumprimento da Deliberação 622/2022- Plano de Ação em Saúde de Sooretama/ES</b>	
<b>Discussão</b>	Luiz Fernando Prado informou que, após aprovação do Plano de Ação em Saúde de Sooretama/ES e envio de correções das ressalvas apontadas no Plano, a Fundação Renova emitiu ofício de manifestação reiterando argumentos já superados para o início da implementação das ações em saúde. Portanto, a CT-SAÚDE recomendou ao CIF notificar a Fundação Renova pelo descumprimento da Deliberação CIF nº 622, estipulando prazo de 20 dias para sanar descumprimento.
<b>Manifestação</b>	A Fundação Renova manifestou que não houve qualquer intenção protelatória em sua manifestação, mas sim de salvaguarda e cumprimento das determinações das cláusulas 5, 6, 111 e 112 do TTAC. Ainda, reforçou que o assunto seguia judicializado, sendo a esfera decisória do tema o âmbito judicial; por fim, a Fundação solicitou impugnação das deliberações, reconsideração das multas e manifestou objeção quanto aprovação das minutas de deliberação apresentadas.
<b>Deliberação nº 681</b>	Aprovada com objeção por parte da Fundação Renova

<b>Item 4 - CÂMARA TÉCNICA DE ECONOMIA E INOVAÇÃO (CT-EI)</b>	
<b>4.1.Aprovação da “Projeto Fortalecimento da Política Pública de Desenvolvimento de Ecossistemas de Inovação no Estado do Espírito Santo”</b>	
<b>Discussão</b>	Ana Ivone Marques e Matheus Beninca fizeram apresentação do projeto SEEDS, cujo objetivo era a aceleração de <i>start ups</i> e empresas de alto risco fundadas por moradores da região e com soluções voltadas para as demandas da região, visando aprimoramento do ecossistema de empreendedorismo, inovação dentro do estado e desenvolvimento econômico da região com foco em atenuar problemas sociais e ambientais. Segundo o projeto, cada empresa selecionada teria à disposição o valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) para projeto de aceleração. Ainda, seriam articulados com instituições de ensino da região ambientes de inovação para promoção de encontros, mobilização da população e de atores empresariais para fomento da capacitação e do empreendedorismo. O projeto se enquadrava no âmbito do PG15, com valor estimado de R\$ 7.513.440,00 (sete milhões, quinhentos e treze mil, quatrocentos e quarenta reais) e prazo de execução de 18 meses. Moara Giasson questionou sobre acompanhamento dos resultados do projeto, ao que Margareth Saraiva respondeu como sendo processo periódico de apresentação de relatórios para avaliação da Câmara Técnica.
<b>Manifestação</b>	A Fundação Renova informou que o projeto foi construído em parceria com o Governo do Espírito Santo e que os repasses financeiros, execução de ações e resultados seriam acompanhados pela Fundação Renova segundo definições do documento do PG15.
<b>Deliberação nº 682</b>	Aprovada.

<b>EXTRAPAUTA – CÂMARA TÉCNICA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, LAZER, ESPORTE E TURISMO (CT-ECLET)</b>	
<b>Implementação do Parque Urbano do município de Rio Doce/MG</b>	
<b>Discussão</b>	Anna Cláudia Tristão afirmou que, em visita técnica aos municípios, foi verificado o descumprimento das deliberações referentes à implementação do Parque Urbano do município de Rio Doce/MG; a população do município já não tinha qualquer fonte de lazer natural em decorrência do desastre. Bruna Lopes, representante do município, fez apresentação de contexto histórico e ambiental desde o desastre, exemplificando que a população passou por perda de atividades de lazer, culturais e artísticas com o impacto no rio Doce. A Deliberação CIF nº 321 determina a criação do Parque Urbano de Rio Doce e, passados 4 anos da deliberação, não há perspectivas de implementação das ações. Levando esse histórico em consideração, a Câmara Técnica recomendou ao CIF notificação à Fundação Renova pelo descumprimento das Deliberações CIF nº 239, 287 e 321, aplicação de multa pelo descumprimento das obrigações estabelecidas e apresentação de cronograma de execução e projeto executivo quanto à implementação do Parque Urbano de Rio Doce. Após manifestação, Bruna Lopes afirmou que não houve formalização do instrumento jurídico de repasse dos recursos para expropriação do terreno e reforçou descumprimento das deliberações por parte da Fundação Renova. Jadilson Gomes afirmou que o determinado na Deliberação 321 era a implementação do Parque, o que não foi feito, e não foi sequer solicitada dilação de prazo por parte da Fundação Renova. Moara Giasson explicou que a Deliberação 321 determinada implementação do Parque, que não havia acontecido, portanto o Comitê se valia de suas ferramentas processuais para garantir a efetivação das ações. Thais Vilas Boas reforçou a importância de marcos temporais para cumprimento e sugeriu a determinação de prazos intermediários, para garantia de encaminhamentos práticos. Luis Gabriel Mendoza questionou se já havia terreno pactuado. Bruna Lopes explicou que uma das dificuldades seria envolver lazer com água, porém área nobre

	indicada pela população tratava-se de APP, portanto, a prefeitura ofereceu área do ente para implementação. Thaís Vilas Boas fez sugestões para a redação da deliberação, a fim de garantir segurança jurídica e coesão nos encaminhamentos.
<b>Manifestação</b>	Maria Cristina Andrade fez apresentação do histórico de tratativas da questão: em agosto de 2019, imediatamente após a Deliberação CIF nº 321, a Fundação Renova se reuniu com a prefeitura do município para apresentação de projeto conceitual, após ajustes e aprovação, a prefeitura deu início às tratativas para desapropriação e regulamentação fundiária do terreno indicado. Todavia, as tratativas da regularização fundiária do primeiro terreno indicado apresentaram empecilhos e dificuldades e a pandemia dificultou ainda mais os avanços. Em 2022 as reuniões foram retomadas e a prefeitura indicou alteração do local de implementação do parque; porém, por se tratar de projeto complexo, envolvendo rio, cachoeira, questões de topografia, sendo terrenos bastante distintos, seriam necessários novos estudos, sendo inviável a simples transposição do mesmo projeto para um novo local. Foi realizado estudo fundiário do novo terreno, a prefeitura levantou a possibilidade de repasse direto com levantamento inicial de custos, em seguida a Fundação Renova solicitou detalhamento dos custos para prosseguir com trâmites internos. Logo, a prefeitura sinalizou desistência do repasse e indicou dificuldade no detalhamento dos custos. O processo foi retomado do zero, com realização de estudo fundiário, e o terreno indicado pela segunda vez não estava em posse integral da prefeitura, englobando áreas privadas em processo de inventário. A Fundação afirmou que, em todo o tempo seguido da deliberação, foram dadas tratativas, sempre em colaboração com a prefeitura, porém tratava-se de projeto complexo e a alteração de localidade causava retomada dos trâmites iniciais. Maria Cristina Andrade afirmou que foram almejadas soluções junto ao prefeito Silvério da Luz, em exercício do mandato à época, para que a desapropriação do terreno, que era processo complexo, ocorresse com segurança jurídica para as partes. Ainda, afirmou que o valor da desapropriação havia sido acordado e cronograma executivo havia sido enviado através do Ofício FR. 2020.0294-01 e foi feita apresentação de projeto conceitual à Câmara Técnica.
<b>Deliberação nº 683</b>	Aprovada.

Por fim, às dezoito horas e cinquenta minutos do dia onze de maio de dois mil e vinte e três, Rodrigo Agostinho finalizou a reunião agradecendo à participação de todos.

Em doze de maio de dois mil e vinte e três, às nove horas e vinte minutos, por meio de vídeo conferência pela plataforma Microsoft Teams, com transmissão pelo YouTube através do link: <https://www.youtube.com/watch?v=IWC3-B3dEZg> e presencialmente na cidade de Belo Horizonte/MG, teve início o segundo dia da 68ª Reunião Ordinária do Comitê Interfederativo – CIF, constituído no âmbito do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC) e do Termo de Ajustamento de Conduta Governança (TAC-Gov), ambos Acordos referentes ao Desastre da Samarco em Mariana/MG

<b>Item 5 – CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E BIODIVERSIDADE (CT-BIO)</b>	
<b>5.1. Análise do Relatório Anual de Evolução de 2021 (RA2021) do Programa de Monitoramento da Biodiversidade Aquática da Área Ambiental I – Porção Capixaba do Rio Doce e Região Marinha e Costeira Adjacente (PMBA/FEST-RRDM)</b>	
<b>Discussão</b>	<p>João Carlos Thomé expôs detalhadamente análise do relatório de evolução PMBA/FEST e conclusões do anexo de ecotoxicologia, com observação de impactos crônicos ao longo da análise. Há estreita relação entre os três ambientes analisados - costeiro, marinho e continental - que evidencia transmissão entre eles na estruturação das comunidades biológicas na sucessão de supressão dos organismos em relação à tolerância aos rejeitos inseridos no meio. Mantém-se as alterações observadas até o momento. Na alteração da estrutura e das comunidades, e na supressão de alguns organismos, em todos os ambientes é observado acréscimo no mercúrio na forma inorgânica, e agora com detalhe do metilmercúrio identificado por perícia judicial, essa nota já está em andamento com proposta de que esse item também passe a ser monitorado, e conclui-se panorama de toxicidade com consequências inclusive para saúde humana. Sobre análise biótica e abiótica no ambiente dulcícola é observada tendência de intensificação no transporte de nutrientes, sedimentos e poluentes. Algumas evidências de atenção observadas: durante as cheias é intensificado o transporte durante a calha atingindo a região marinha, mais de 85% das descargas estão associadas a sedimentos suspensos. Os maiores valores de fluxo de alumínio, ferro e manganês foram obtidos no período chuvoso do ano II. Lagos com apresentação de concentração de oxigênio dissolvidos abaixo dos índices da resolução CONAMA 357/05, implicando em estresse fisiológico e mortalidade para peixes. valores de alumínio total em água acima do limite do NOAA (norma estadunidense, uma vez que Brasil esses limites não possuem normativas). Amostras de bário de valores acima do CONAMA para águas de classe dois; alto valor de arsênio na lagoa do areal. tendência de redução da diversidade, aumento da dominância e baixa equitabilidade para o fitoplâncton. . Análise biótica e abiótica do ambiente marinho mostram os resultados que, de forma geral, corroboram com a interpretação de que persiste no ambiente efeitos negativos associados diretamente e indiretamente ao evento. Pelo mapeamento dos habitats marinhos, vê-se alteração de forma substancial dos ambientes pelo aporte e concentração de rejeito, mantendo-se a alta concentração de ferro nesses ambientes. Percebido impacto persistente com disponibilização para outros ambientes monitorados, como água e biota. A contenção do aporte é essencial para regeneração do ambiente. Ainda, em nenhum momento foi observado retorno das condições prévias ao rompimento da barragem de Fundão. O zooplâncton continua indicando maior perturbação causada pelo rompimento no setor Foz, com redução dos valores de diversidade. Em relação aos peixes, há presença grande de ovos inviáveis, com alteração no trato digestório e recrutamento de larvas de peixes encontradas revestidas de sedimentos. Eventos chuvosos promovem o revolvimento dos depósitos sedimentares superficiais e aumenta a disponibilidade dos contaminantes adsorvidos nos sedimentos. Em relação às praias, recomenda-se a continuidade do monitoramento para avaliar possíveis impactos do rompimento nos parâmetros bióticos e abióticos. Manguezal permanece com níveis elevados de contaminação de metais, com consequentes efeitos fisiológicos, biológicos e ecológicos sobre as espécies monitoradas. Caranguejos e outros animais superiores na cadeia trófica são os mais afetados. Em Restinga são verificadas alterações nos indicadores de atividade fotossintética, metabólicos, reserva de carboidratos, atividade oxidante e processos reprodutivos, além da alta de metais na região. A megafauna contém acúmulo de concentração de rejeitos e, quando morrem, devolvem ao ecossistema, gerando impacto no patrimônio genético de biodiversidade da área atingida. Em peixes de água doce é verificada a diminuição do número de espécies nativas amostradas ao longo do monitoramento, diminuição da diversidade e forte gargalo populacional persistente ao longo dos anos. Em relação à região de Abrolhos, foi possível detectar a presença de sedimentos caracterizados pela mistura dos rejeitos da Samarco e do material sedimentar do leito da bacia do rio Doce na região do Abrolhos. Através de análise dos corais, que são acumuladores dos elementos presentes na água e indicadores da qualidade do ambiente, foi observada leve tendência do aumento dos sinais do rejeito no arco interno e leve tendência de acúmulo no arco externo. Os períodos com maior incidência dos elementos ferro e alumínio foram relacionados aos períodos de frente fria, que possibilitou a levada de mais sedimentos para a região norte. A conclusão geral do relatório mostra impactos frequentes e persistentes na matriz água, no quesito biótico o compartimento mais impactado é o grupo peixes para ambiente dulcícola, caranguejos para o ambiente costeiro e peixes, tartarugas, aves e cetáceos para o ambiente marinho. Apresentada série de impactos considerados críticos, que merecem maior atenção e medidas de reparação, compensação e mitigação, além do mapa de espacialização dos resultados obtidos para cada um dos ambientes. Ao final da apresentação, Frederico Drummond, coordenador da CT-Bio, afirmou que tratava-se do estudo mais robusto no âmbito da Câmara Técnica e foram feitas solicitações de relatórios mais enxutos e objetivos para facilitação da análise. Júnior Loss parabenizou o trabalho realizado pela Câmara Técnica, que expunha de maneira robusta a gravidade do impacto do desastre. Reforçou a importância dos membros do CIF e das Câmaras Técnicas de assegurarem a revisão do TTAC para garantia de ações de reparação a longo prazo com efetividade e atendimento célere às populações atingidas; afirmou que a reparação incorria no risco de considerar cumprida a reparação, prejudicando profundamente o meio ambiente, que carecia de ações contínuas a longo prazo. Frederico Drummond informou que a maioria dos impactos eram considerados reversíveis, portanto, era imprescindível a manutenção do monitoramento, a fim de garantir construção de matriz de planejamento de ações para tentar reverter e mitigar esses impactos. Por fim, afirmou que foi verificada assinatura do material do desastre na região de Abrolhos em grau de impacto menor do que na região do Espírito Santo. Joeci Lopes afirmou que, apesar de diferentes graus de contaminação nas regiões, não era possível considerar a presença do rejeito e o impacto nos modos de vida da população das regiões afetadas. Solicitou que as Câmaras Técnicas tivessem olhar integrado para agir em função das pessoas atingidas dependentes do meio ambiente. Enéas Ferreira reforçou a</p>

	necessidade de reconhecimento do CIF da contaminação no sul da Bahia, diante dos dados apresentados pela CT-Bio, e solicitou continuação do GT responsável pela análise da contaminação na Bahia, com atividades <i>in loco</i> . Reginaldo Nascimento afirmou que o estudo contemplava os impactos no ecossistema aquáticos, porém ainda não havia estudos de impactos na vida social, sendo urgente a inclusão destas análises no âmbito das Câmaras Técnicas socioeconômicas. Jenuário Oliveira informou sobre entrevistas em Prado/BA realizadas pela FGV e BMG sobre impactos socioeconômicos do desastre. Eliane Gregório, diante dos dados apresentados pela CT-Bio, manifestou repúdio à fala de juiz que afirmou a presença de apenas 31% de rejeito no rio Doce. Jadilson Gomes parabenizou trabalho da CT-Bio e reforçou urgência de divulgação dos dados em linguagem acessível, para atenuar angústia de pessoas atingidas. Frederico Drummond reforçou que as perguntas feitas por pessoas atingidas não faziam parte do escopo da pesquisa, pela limitação à análise da biodiversidade, contudo, a CT-Bio estaria à disposição para esclarecimento de dúvidas relacionadas ao tema.
<b>Manifestação</b>	Laila Medeiros agradeceu a oportunidade de diálogo com a Câmara Técnica e afirmou que, apesar de algumas ressalvas, o trabalho desenvolvido caminhava para construção de consensos. Foram feitas considerações a respeito do relatório e a Fundação Renova sugeriu a possibilidade de discussão do relatório no âmbito da Câmara Técnica antes da aprovação do documento como produto final, considerando inclusive a necessidade de produção de material acessível para entendimento do conteúdo técnico do relatório.
<b>Deliberação nº 684</b>	Aprovada.

<b>Item 6 – CÂMARA TÉCNICA DE RESTAURAÇÃO FLORESTAL E PRODUÇÃO DE ÁGUA (CT-FLOR)</b>	
<b>6.1. Realização de ação de fiscalização preventiva em relação a invasão de gado na área de restauro florestal.</b>	
<b>Discussão</b>	Josemar Ramos explicou sobre presença de gado em área recuperada no âmbito do PG25, o que estaria impactando a recuperação natural. Com o trânsito do gado e as dificuldades de identificação dos proprietários, a SEMAD propôs fiscalização preventiva, a fim de evitar penalidades ostensivas aos proprietários e revitimização de produtores rurais atingidos. Larissa Madureira, representante da SEMAD, informou que a proposta tratava-se de ciclo de palestras para orientação e informação. Joeci Lopes registrou que muitos produtores não foram atendidos pela Fundação Renova e tampouco receberam material para cercamento.
<b>Manifestação</b>	Bruno Nogueira afirmou que a proposta da SEMAD estava coerente com as ações da Fundação Renova no PG25 e informou que a equipe técnica precisaria de aproximadamente 40 dias para mobilização e divulgação das ações em território.
<b>Deliberação nº 685</b>	Aprovada.

<b>Item 6 – CÂMARA TÉCNICA DE RESTAURAÇÃO FLORESTAL E PRODUÇÃO DE ÁGUA (CT-FLOR)</b>	
<b>6.2 Realização de ação de fiscalização preventiva em relação a invasão de gado na área de restauro florestal.</b>	
<b>Discussão</b>	Josemar Ramos informou sobre programa de recuperação de hectares de áreas de utilização permanente através da Operação Águas, aprovada pelo CIF, que vai ao campo para fiscalizar e acompanhar as ações de reparação que estão ocorrendo nesses programas. A ida a campo se dava com formulário de metodologia desenvolvida pelo IBAMA, juntamente com outros órgãos ambientais, com 40 perguntas para avaliação em várias áreas. O objetivo principal dos programas é a melhoria da qualidade da água para alcance de resultados satisfatórios, garantindo segurança da população que tem contato com o rio Doce. São muitas áreas de recuperação ambiental avaliadas e são encontradas dificuldades de definir, em campo, o que está no âmbito do PG26 e o que está no âmbito do PG27. É necessária a pactuação de algumas questões, como a definição e localização da nascente, pois há migração a depender do período seco ou chuvoso no campo; aplicação do código florestal ou da Lei da mata atlântica, definindo qual referencial deverá ser considerado; decisão do proprietário quanto ao cercamento e definição dos limites entre PG26 e PG27 em campo.
<b>Manifestação</b>	Fundação Renova afirmou não considerar interpretação de obrigação de recuperar 79 hectares da APP; considerando o código florestal, nenhum produtor rural tem obrigação de recuperar área de uso consolidado, portanto registraram objeção quanto a definição mínima de 3950 hectares para o PG27. Para melhor gestão das ações, registraram concordância com a junção das áreas e das metas a serem atingidas dos dois programas.
<b>Deliberação nº 686</b>	Aprovada.

<b>Item 1. Pautas da Presidência e SECEX</b>	
<b>1.3 Informes Gerais da Presidência</b>	
<b>Discussão</b>	Moara Giasson informou sobre processo de eleição dos representantes do CIF do Fórum de Prefeitos. A SECEX encaminharia em breve ofício às prefeituras para indicação dos representantes. Ainda, os atuais membros estavam em primeira indicação, portanto, poderiam ser reconduzidos dentro do processo.

<b>EXTRAPAUTA – CÂMARA TÉCNICA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE, LAZER E TURISMO (CT-ECLET)</b>	
<b>Paralisação da Consultoria Moore em território mineiro.</b>	
<b>Discussão</b>	Anna Cláudia Tristão fez apresentação de histórico de tratativas e informou que, em abril de 2023, após emissão de deliberação do CIF para paralisação dos trabalhos da Consultoria Moore em território mineiro, a Câmara Técnica recebeu informações de que a operação em território continuava em desacordo com o escopo do PG13 e com políticas públicas. Através do ofício FR2023.0654, a Fundação Renova demonstra paralisação em Governador Valadares/MG, porém evidencia continuidade nos municípios de Mariana/MG e Marliéria/MG, em contrariedade ao determinado na Deliberação CIF nº 652. Diante desta situação, a CT-ECLET recomendou ao CIF a notificação da Fundação Renova pelo descumprimento de itens da Deliberação 652 e encaminhamento da questão à 4ª Vara Cível e Agrária/MG para conhecimento. Nova intercâmaras foi agendada para 31 de maio para tentativa de alinhamento com a Fundação Renova. A CT ainda solicita que o valor

	oriundo do recebimento da multa seja destinado aos municípios de Mariana/MG, Governador Valadares/MG e Marliéria/MG. Coronel Siqueira, representante do Prefeito André Melo, registrou que houve a paralisação da Consultoria Moore em Governador Valadares após atritos e problemas com outras organizações não governamentais atuantes no turismo. Anna Tristão e Jadilson Gomes argumentaram que a paralisação manifesta no ofício da Fundação Renova não se dava de maneira imediata à deliberação, conforme determinado. Após verificação do cumprimento, ou não, de cada um dos itens da Deliberação CIF nº 652, foi readequada a redação da minuta de deliberação e estabelecimento de prazo de 10 dias para que as pendências fossem sanadas pela Fundação Renova.
<b>Manifestação</b>	Felipe Moura informou que a paralisação ocorreu nos municípios conforme deliberado, contudo não foi processo repentino, houve comunicação com os profissionais envolvidos no trabalho para desmobilização e paralisação gradual, o que gerou entendimento de continuidade por parte da CT-ECLET. Informou que, em relação à proposta de readequação e apresentação dos Termos de Referência de custos, os itens foram entregues à CT-ECLET via ofício, além de apresentação na 58ª Reunião Ordinária da CT-ECLET de nova estratégia, que foi parcialmente aprovada. Quanto à determinação de parceria com o SEBRAE, a Fundação Renova entende que não compete à Câmara Técnica a indicação de fornecedores, mas sim a discussão de possibilidades. Maria Cristina Andrade complementou argumentando que a deliberação não solicitava registro de encerramento do contrato, uma vez que a determinação era somente pela paralisação, e não encerramento.
<b>Deliberação nº 687</b>	Aprovada

Por fim, às doze horas e quarenta e cinco minutos do dia doze de maio de dois mil e vinte e três, Moara Giasson, condutora interina, deu por encerrada a 68ª Reunião Ordinária do Comitê Interfederativo.



Documento assinado eletronicamente por **CELIA REGINA MIRANDA MELO**, Secretária-Executiva do Comitê Interfederativo, em 26/06/2023, às 15:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.ibama.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **16136991** e o código CRC **CE2F8150**.